

03/10/2017

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 114.093 PARANÁ**

**RELATOR** : **MIN. MARCO AURÉLIO**  
**REDATOR DO** : **MIN. ALEXANDRE DE MORAES**  
**ACÓRDÃO**  
**PACTE.(S)** : JOSE CARLOS DA COSTA  
**IMPTE.(S)** : ANTONIO CARLOS DE ANDRADE VIANNA E  
OUTRO(A/S)  
**COATOR(A/S)(ES)** : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. DENÚNCIA OFERECIDA POR MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ATUANTE EM VARA CRIMINAL COMUM E RECEBIDA PELO JUÍZO DO TRIBUNAL DO JÚRI. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIOS UNIDADE E INDIVISIBILIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRECEDENTES.

1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC 67.759/RJ, de relatoria do Ministro CELSO DE MELLO, reconheceu, por maioria de votos, a existência do princípio do promotor natural, no sentido de proibirem-se designações casuísticas efetuadas pela chefia da Instituição, que criariam a figura do *promotor de exceção*, incompatível com a determinação constitucional de que somente o promotor natural deve atuar no processo. Hipótese não configurada no caso.

2. *Habeas corpus* denegado.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro MARCO AURÉLIO, em conformidade com a ata de julgamento e as notas taquigráficas, por maioria de votos, acordam em indeferir a ordem e revogar a liminar anteriormente implementada, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, redator do acórdão, vencido o Ministro Marco Aurélio, Relator. Falou a Dra. Cláudia Sampaio Marques, Subprocuradora-Geral da República, pelo Ministério Público

**HC 114093 / PR**

Federal.

Brasília, 3 de outubro de 2017.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Redator para acórdão

03/10/2017

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 114.093 PARANÁ**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>REDATOR DO ACÓRDÃO</b>	<b>: MIN. ALEXANDRE DE MORAES</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: JOSE CARLOS DA COSTA</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: ANTONIO CARLOS DE ANDRADE VIANNA E OUTRO(A/S)</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

**RELATÓRIO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto, como relatório, as informações prestadas pelo assessor Dr. Mário Henrique Ditticio:

A impetração foi distribuída por prevenção a Vossa Excelência, em virtude da relatoria do *habeas corpus* nº 88.877/PR, no qual implementada a liminar para revogar a prisão preventiva do paciente.

Consignou-se, na citada impetração, ter sido o paciente denunciado como incurso nas penas dos artigos 121, cabeça, do Código Penal e 12 da Lei nº 6.378/1976, por haver ministrado medicamentos em desacordo com a regulamentação legal, tendo a vítima falecido. O Juízo determinou a prisão preventiva, lastreando-a na garantia da ordem pública. Formalizado *habeas* no Tribunal de Justiça, foi a medida acauteladora indeferida, não se levando em conta o denominado arquivamento indireto da ação penal, a ausência de indícios da prática do crime e a ofensa ao princípio do promotor natural.

Vossa Excelência ressaltou a singularidade do caso retratado no processo. Esclareceu que o paciente, acusado do

**HC 114093 / PR**

cometimento de delitos ocorridos em 2001, foi denunciado pelo Ministério Público em exercício na Vigésima Quarta Vara Criminal da Comarca de Londrina, o qual representou objetivando a prisão. Segundo apontou, o Juízo do Tribunal do Júri, recebeu a denúncia e impôs a custódia cautelar passados cerca de 5 anos da data dos fatos – em 11 de abril de 2006 fazendo-o a partir não só de peça ofertada por promotor estranho ao Tribunal do Júri como também por força de representação por ele formalizada.

Votou no sentido da concessão da ordem de ofício para fulminar a denúncia, presente a violação ao princípio do promotor natural. A Turma deferiu parcialmente a ordem para tornar prevalecente a liminar. Entendeu não ser possível avaliar eventual ofensa ao referido princípio, pois o tema ainda não havia sido analisado pelo Superior Tribunal de Justiça e não se verificava, no ponto, situação a afastar o verbete nº 691 da Súmula.

Ocorrido o trânsito em julgado do acórdão formalizado no primeiro *habeas*, a matéria atinente ao princípio do promotor natural volta à balha nesta impetração. O impetrante busca infirmar o acórdão proferido pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, no *habeas corpus* nº 132.544/PR.

Alega ofensa ao princípio do promotor natural, sustentando a ocorrência de nulidade absoluta. Consoante aduz, é exclusiva do promotor de justiça que atua perante o Tribunal do Júri a competência para oferecer denúncia no tocante a crimes contra a vida. Defende a necessidade de ratificação da inicial acusatória pela referida promotoria. Aponta que, no processo-crime, o paciente já foi pronunciado.

Requeru, no campo precário e efêmero, a suspensão da ação penal nº 2002.997-7, em trâmite na Primeira Vara Criminal Privativa do Tribunal do Júri da Comarca de Londrina/PR. No

**HC 114093 / PR**

mérito, busca a anulação dos atos formalizados a partir do recebimento da inicial e o consequente envio do processo ao promotor natural.

Vossa Excelência, em 2 de novembro de 2012, implementou a medida acauteladora para suspender o processo, no qual proferida sentença de pronúncia.

A Procuradoria-Geral da República manifesta-se pela inadmissão da impetração. Aduz ter sido formalizada fora do prazo de 5 dias, mostrando-se inviável tê-la como substitutiva de recurso ordinário. No mérito, sustenta não haver ilegalidade a ser sanada.

Lancei visto no processo em 11 de setembro de 2017, liberando-o para exame na Turma a partir de 26 de setembro seguinte, isso objetivando a ciência dos impetrantes.

É o relatório.

03/10/2017

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 114.093 PARANÁ**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE E RELATOR) – Fico apenas nas questões instrumentais. Digo que, quanto mais grave a imputação, maior deve ser o cuidado com a observância das garantias legais e constitucionais.

Quer se trate do substitutivo do recurso ordinário, quer do substitutivo do extraordinário, não se tem como colar a essa ação nobre, o *habeas corpus*, voltada a preservar a liberdade de ir e vir do cidadão, o critério da oportunidade, cogitando-se, no primeiro caso, do prazo de 5 dias e, no outro, de 15 dias.

Reitero o que versei quando deferi a medida acauteladora.

03/10/2017

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 114.093 PARANÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR):

PROMOTOR NATURAL – ENVERGADURA. O princípio do promotor natural tem envergadura maior, constitucional, sendo direito do cidadão saber quem figurará como Estado-acusador.

A preliminar da Procuradoria-Geral da República improcede. O *habeas corpus*, ainda que substitutivo do recurso ordinário constitucional, não fica vinculado a certo prazo.

Reitero o que consignado na decisão interlocutória mediante a qual deferi, em 2 de novembro de 2012, a medida acauteladora:

[...]

Reporto-me ao entendimento sufragado no *Habeas Corpus* nº 88.877/PR, esclarecendo que a Turma deixou de adentrar a matéria presente a alegada supressão de instância, ou seja, não haver ocorrido, àquela altura, a manifestação do Superior Tribunal de Justiça. Então, vindo à balha o pronunciamento, abriu-se margem a esta impetração. O cidadão tem o direito de saber quem o acusará e, em se tratando de crime doloso contra a vida, surge a figura do promotor de justiça em atuação no Tribunal do Júri.

[...]

Ao votar no *habeas* anterior fiz, ver:

[...]

O caso retratado neste processo é singular. O paciente, acusado da prática de crimes ocorridos em 2001, foi denunciado

**HC 114093 / PR**

pelo Ministério Público em exercício na Vigésima Quarta Vara Criminal da Comarca de Londrina, que representou objetivando a respectiva prisão. O Juízo do Tribunal do Júri, a um só tempo, recebeu a denúncia e decretou a prisão preventiva, isso passados cerca de cinco anos da data dos fatos tidos como criminosos – em 11 de abril de 2006. Fê-lo a partir não só de peça ofertada por promotor estranho ao Tribunal do Júri como também por força de representação por ele formalizada.

Já aqui, sem adentrar-se a ambígua tese do arquivamento indireto – porquanto, inicialmente, houve a declinação da competência e, não se dando o Juízo da Vara Comum por competente, estaria configurado o conflito negativo -, verifica-se flagrante contrariedade ao princípio do promotor natural. Mais do que isso, os fundamentos contidos no decreto de prisão desrespeitam tanto a ordem natural das coisas quanto a legislação de regência. A primeira razão lançada refere-se às imputações das práticas delituosas e aí, evidentemente, deve-se aguardar o desfecho do processo, a submissão do paciente ao juízo natural. A circunstância de ter-se como abalada, pelo cometimento do crime, a ordem pública não respalda a prisão preventiva, sob o risco de esta ganhar contornos de verdadeiro cumprimento de pena ainda não imposta. Da mesma maneira, há de se concluir no tocante à alusão a outro processo a que responde o paciente, ao que tudo indica, em liberdade. O princípio da não-culpabilidade a afasta. Também não cabe, ante os parâmetros da denúncia ofertada, cogitar de continuidade de prática homicida. É presumir o extraordinário, o extravagante supor que médico aja reiteradamente, assassinando pessoas. Como admitido pelo próprio autor do ato que implicou a decretação da custódia, esta, antes da culpa formada, é exceção. O que não procede é entender-se como peculiar o caso e, considerando a gravidade da imputação, o processo sem julgamento, em curso no Tribunal do Júri, concluir como se concluiu. Imaginou-se que, não sendo preso o paciente,



**HC 114093 / PR**

causaria ele outras mortes, como se essa realmente fosse a respectiva intenção. De igual modo não poderia potencializar a classificação do crime, observada a Lei nº 6.368/76, ainda que se coloque em plano secundário a discussão sobre o enquadramento dos fatos narrados na denúncia, se próprios ao tráfico de drogas ou ao tipo do artigo 15 da citada lei.

A Lei nº 8.072/90 prevê que, mesmo vindo à balha decisão condenatória, é possível preservar a liberdade do condenado que se mostre inconformado com o julgamento. Confirmam o § 2º do artigo 2º da Lei nº 8.072/90:

Art. 2º

[...]

§ 2º Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.

Até aqui não se tem sequer base maior para definir se ocorrido o crime com dolo ou culpa.

Eis as premissas que me levam a temperar, ante a supremacia da própria Constituição Federal, o rigor linguístico do Verbete nº 691 da Súmula desta Corte.

Até aqui não se tem sequer base maior para definir se ocorrido o crime com dolo ou culpa.

Eis as premissas que me levam a temperar, ante a supremacia da própria Constituição Federal, o rigor linguístico do Verbete nº 691 da Súmula desta Corte.

Defiro parcialmente a ordem para tornar prevacente a liminar, refutando a tese do arquivamento indireto do inquérito no que envolvida simples declinação de competência.

**HC 114093 / PR**

De ofício, concedo a ordem para fulminar a denúncia, porque ofertada por promotor estranho ao Tribunal do Júri. Assim o faço por não haver pedido nesse sentido – folha 36 – e para que não surja incongruência considerada a ilegitimidade quanto à representação visando à prisão.

É como voto.

Defiro a ordem para fulminar a denúncia, no que apresentada por Promotor estranho ao Tribunal do Júri.

03/10/2017

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 114.093 PARANÁ

**VOTO****O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES:**

O Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no julgamento do HC 67.759/RJ, de relatoria do Ministro CELSO DE MELLO, reconheceu, por maioria de votos, a existência do princípio do promotor natural, no sentido de proibirem-se designações casuísticas efetuadas pela chefia da Instituição, que criariam a figura do *promotor de exceção*, em incompatibilidade com a Constituição Federal, que determina que somente o promotor natural é quem deve atuar no processo, pois ele intervém de acordo com seu entendimento pelo zelo do interesse público, garantia esta destinada a proteger, principalmente, a imparcialidade da atuação do órgão do Ministério Público, tanto em sua defesa quanto essencialmente em defesa da sociedade, que verá a Instituição atuando técnica e juridicamente.

Consta da ementa do referido HC 67.759/RJ:

(...) O postulado do Promotor Natural, que se revela imanente ao sistema constitucional brasileiro, repele, a partir da vedação de designações casuísticas efetuadas pela Chefia da Instituição, a figura do acusador de exceção. Esse princípio consagra uma garantia de ordem jurídica, destinada tanto a proteger o membro do Ministério Público, na medida em que lhe assegura o exercício pleno e independente do seu ofício, quanto a tutelar a própria coletividade, a quem se reconhece o direito de ver atuando, em quaisquer causas, apenas o Promotor cuja intervenção se justifique a partir de critérios abstratos e pré-determinados, estabelecidos em lei. A matriz constitucional desse princípio assenta-se nas cláusulas da independência funcional e da inamovibilidade dos membros da Instituição. O postulado do Promotor Natural limita, por isso mesmo, o poder do Procurador-Geral que, embora expressão visível da unidade institucional, não deve exercer a Chefia do

**HC 114093 / PR**

Ministério Público de modo hegemônico e incontestável. Posição dos Ministros CELSO DE MELLO (Relator), SEPÚLVEDA PERTENCE, MARCO AURÉLIO e CARLOS VELLOSO. Divergência, apenas, quanto a aplicabilidade imediata do princípio do Promotor Natural: necessidade da "interpositio legislatoris" para efeito de atuação do princípio (Ministro CELSO DE MELLO); incidência do postulado, independentemente de intermediação legislativa (Ministros SEPÚLVEDA PERTENCE, MARCO AURÉLIO e CARLOS VELLOSO). – Reconhecimento da possibilidade de instituição do princípio do Promotor Natural mediante lei (Ministro SYDNEY SANCHES). – Posição de expressa rejeição a existência desse princípio consignada nos votos dos Ministros PAULO BROSSARD, OCTAVIO GALLOTTI, NÉRI DA SILVEIRA e MOREIRA ALVES.

Ou seja, reconheceu-se que o princípio do promotor natural deriva da cláusula do devido processo legal, segundo a qual ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente, uma vez que quem processa não é propriamente o juiz, mas sim o Ministério Público; e da garantia da inamovibilidade, que impede designações casuísticas ou a retirada de promotores de casos importantes, como várias vezes ocorreu, antes da Constituição de 1988, em alguns ministérios públicos estaduais e até mesmo no Ministério Público Federal.

Trata-se, portanto, de uma garantia de imparcialidade da atuação do órgão do Ministério Público, tanto a favor da sociedade quanto a favor do próprio acusado, que não pode ser submetido a um acusador de exceção (nem para privilegiá-lo, nem para auxiliá-lo). Há casos anteriores a 1988 em que membros do Ministério Público praticaram crimes e o Procurador-Geral alterou o promotor originalmente incumbido de atuar nos respectivos processos para "facilitar" a acusação.

É inadmissível, portanto, após o advento da Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/1993), que o Procurador-Geral faça designações arbitrárias de Promotores de Justiça para uma Promotoria ou para as

**HC 114093 / PR**

funções de outro Promotor, que seria afastado compulsoriamente de suas atribuições e prerrogativas legais, porque isso seria ferir a garantia da inamovibilidade prevista no texto constitucional.

O princípio do promotor natural, apesar de não ter expressa previsão na Constituição – embora sempre tenha defendido a sua existência, como decorrência das garantias constitucionais do devido processo legal e da inamovibilidade –, tem como finalidade evitar o acusador de exceção e a diminuição da independência e da autonomia do Ministério Público. O referido princípio, no entanto, pode sofrer atenuações, desde que estejam previstas em lei e de acordo com a sua finalidade constitucional.

O art. 10 da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, por exemplo, afasta qualquer possibilidade de designações arbitrárias, ao dispor que somente excepcionalmente compete ao Procurador-Geral a designação de membro do Ministério Público para acompanhar inquérito policial ou diligência investigatória, devendo, porém, a escolha recair sobre membro do Ministério Público com atribuição para, em tese, officiar no processo, segundo as regras ordinárias de distribuição de serviços. Outro exemplo, que representou grande avanço no combate à criminalidade organizada, foi a criação de grupos especializados como o GAECO (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), que pode atuar junto ao promotor natural ou isoladamente, mas com o consentimento dele, mesmo que *a posteriori*, como ocorreu no caso concreto.

Aqui, em verdade, com o devido respeito à posição do ilustre Relator, não houve afronta ao princípio do promotor natural, no sentido de uma designação arbitrária, de uma quebra da autonomia.

O autos tramitaram inicialmente perante o Juízo da Vara Criminal do Tribunal Júri que, acatando manifestação formulada pelo Ministério Público no sentido de que o crime em apuração não seria doloso contra a vida, declinou de sua competência para o Juízo da Vara Criminal comum. No entanto, segundo relatado nos autos, finda a instrução, comprovou-se que se tratava, sim, de um crime doloso contra a

**HC 114093 / PR**

vida. Então, o promotor que estava no exercício das suas atribuições perante a Vara Criminal comum ofereceu a denúncia e requereu o retorno dos autos imediatamente ao Juízo da Vara do Tribunal do Júri, que recebeu a denúncia em 11/4/2006. A partir daí, até 2012, houve atuação do Promotor do Júri, que poderia, a qualquer momento, não ter ratificado essa denúncia. Poderia ele, o Promotor do Júri, ter suscitado um conflito negativo – ou até positivo – de atribuições para o oferecimento da denúncia. Mas não. O Promotor do Júri seguiu na investigação, ou seja, ratificou a denúncia implicitamente.

Por que existe essa possibilidade de, no caso de serem alteradas atribuições ao longo da investigação, um promotor substituir outro, desde que não haja designações abusivas, arbitrárias? Exatamente em virtude de dois princípios constitucionais muito caros ao Ministério Público: o da unidade e o da indivisibilidade, para se evitar que, em eventuais ausências ou por necessidade de serviço, um promotor não possa substituir outro.

Neste caso não houve, a meu ver, a designação de um promotor *ad hoc*. O Procurador-Geral não disse: "é melhor esse promotor ou aquele". Não! Regras objetivas de distribuição permitiram, a partir do momento em que um promotor entendeu não se tratar de crime doloso, que outro atuasse. Quando o Promotor de Justiça em atuação perante a Vara Criminal comum entendeu possível uma denúncia por crime doloso contra a vida, denunciou; mas devolveu os autos imediatamente ao Juízo da Vara do Tribunal do Júri.

Não bastasse isso, o pretendido reconhecimento da inépcia da denúncia é inviável após a superveniência da sentença penal condenatória ou da decisão de pronúncia. Há vários precedentes desta CORTE nesse mesmo sentido: HC 129.577-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 26/4/2016; RHC 122.465-AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 15/10/2014; RHC 120.751, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 18/3/2014; HC 87.052, Rel. Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma, DJ de 22/9/2006. Isso porque, com o advento da decisão de pronúncia, ocorre a substituição do

**HC 114093 / PR**

ato atacado, como se deu na espécie.

Registre-se que o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no julgamento do HC 103.038/PA, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, também concluiu que a designação prévia e motivada de Promotor de Justiça mais experiente, para atuar especificamente em uma importante sessão do Tribunal do Júri, com a concordância do promotor natural, não configura desrespeito ao princípio em questão. A mesma orientação foi adotada no julgamento do HC 102.147/GO, Rel. Min. CELSO DE MELLO.

No Estado de São Paulo, por exemplo, se o promotor que tem a atribuição para atuar em crime cuja pena privativa de liberdade seja de reclusão oferecer a denúncia e o juiz a receber, mas, no decorrer da instrução, reconhecer-se que o crime é apenado com detenção, haverá uma desclassificação e os autos serão remetidos aos foros regionais. A partir daí, outro promotor passará a atuar, com base nos princípios da unidade e da indivisibilidade, bem como pela ratificação tácita da denúncia, fato que, entendo, ocorreu neste processo.

Com essas considerações, peço vênia a Vossa Excelência para divergir e DENEGAR A ORDEM DE *HABEAS CORPUS*.

**03/10/2017**

**PRIMEIRA TURMA**

**HABEAS CORPUS 114.093 PARANÁ**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO** - Presidente, peço vênica a Vossa excelência para entender diferentemente o sentido e o alcance da ideia de promotor natural, tal como exposto anteriormente tanto pela Doutora Claudia como pelo Ministro Alexandre Moraes.

Portanto, estou acompanhando a divergência.



03/10/2017

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 114.093 PARANÁ**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Senhor Presidente, tenho, para mim, que efetivamente o Ministro Alexandre Moraes conseguiu extrair da figura do promotor natural tudo quanto expôs. Talvez do melhor monografista do tempo, que foi o Professor Paulo Cesar Pinheiro Carneiro, porque se quer evitar, por meio da figura do promotor natural, exatamente aquele acusador eleito, à semelhança do que se impede também, *mutatis mutandis*, com a violação do princípio do juiz natural.

De sorte que, fazendo minhas as razões já aduzidas por todos quanto me antecederam e à luz do princípio da unidade, da indivisibilidade do Ministério Público como princípios jurisdicionais, acompanho a divergência, com a vênia de Vossa Excelência.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 114.093**

PROCED. : PARANÁ

**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ALEXANDRE DE MORAES

PACTE.(S) : JOSE CARLOS DA COSTA

IMPTE.(S) : ANTONIO CARLOS DE ANDRADE VIANNA E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** Por maioria de votos, a Turma indeferiu a ordem e revogou a liminar anteriormente implementada, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, redator do acórdão, vencido o Ministro Marco Aurélio, Presidente e Relator. Falou a Dra. Cláudia Sampaio Marques, Subprocuradora-Geral da República, pelo Ministério Público Federal. Primeira Turma, 3.10.2017.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Luiz Fux, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma